



**CONTROLADORIA-GERAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA**  
**CONTROLE INTERNO**

clemilditon.controladorleg@gmail.com  
"Um país sem corrupção depende da honestidade do seu povo."

---

## **ORIENTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO À SUBPROCURADORA LEGISLATIVA**

Saber-nos humanos é tão intrigante quanto libertador.

Intrigante pela consciência de que nunca teremos todas as respostas ou toda a completude.

Libertador por nos revelar que não precisamos tê-las.

Rayana Falcão

A **CONTROLADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA**, no cumprimento de sua função de orientação, fiscalização e controle, apresenta esta **ORIENTAÇÃO TÉCNICA** à Subprocuradora Legislativa, Sra. **MARCYLIA FABIANA ACIOLI RALF DO NASCIMENTO** – Portaria nº 70/2025, com o objetivo de reforçar normas, condutas e deveres correlatos ao exercício do cargo, de modo a resguardar a legalidade, a moralidade, a eficiência e a credibilidade institucional.

**Em primeiro lugar, seja bem-vinda à Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES.** Estamos à disposição para apoiá-la no desempenho de suas atribuições!

### **1. DAS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DO SUBPROCURADOR LEGISLATIVO**

A Subprocuradoria Legislativa atua no assessoramento ao Presidente da Casa de Leis em demandas legislativas, ao suporte técnico das Comissões Temáticas, no acompanhamento da tramitação de projetos de lei e no auxílio aos vereadores no exercício parlamentar. Confira o rol de atribuições do cargo comissionado de Subprocurador Legislativo estabelecido na **Lei Municipal nº 3.026/2024**:

Descrição de atribuições:

- substituir o Procurador-Geral da Câmara Municipal em suas faltas ou impedimentos, ausências temporárias, férias, licenças ou afastamentos ocasionais;
- assessorar o Procurador-Geral da Câmara Municipal no exercício de suas atribuições, especialmente:
  - na distribuição, aos órgãos de atividades-fim, dos processos administrativos encaminhados à Procuradoria Geral da Câmara Municipal;
  - na apreciação dos pareceres emitidos pelos órgãos de atividades-fim;
  - na representação da Câmara Municipal em juízo ou fora dele;
- coordenar os trabalhos dos órgãos de atividades-meio, sugerindo as medidas necessárias à racionalização, à eficiência e ao aperfeiçoamento dos serviços próprios;



**CONTROLADORIA-GERAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA**  
**CONTROLE INTERNO**

clemilditon.controladorleg@gmail.com  
"Um país sem corrupção depende da honestidade do seu povo."

---

- responder plenamente pelo expediente da Procuradoria Geral da Câmara Municipal durante a vacância do cargo superior;
  - prover as necessidades de pessoal e de material dos órgãos de atividades-fim e de atividades-meio, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira;
  - **assessorar o Presidente da Casa de Leis, nas demandas legislativas.**
  - **assessorar as diversas Comissões Temáticas desta Casa de Leis;**
  - **acompanhar a tramitação de Projetos de Leis, sugerindo quando necessário às providências a serem adotadas;**
  - **assessorar os vereadores no exercício das atividades Parlamentares.**
- (Grifos nossos)

Por oportuno, a Controladoria Legislativa alerta que, **é imprescindível a observância dos deveres e proibições dos servidores públicos estabelecidos nos arts. 220 e 221 da Lei Complementar Municipal nº 2.052/1999 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Conceição da Barra/ES.** No desempenho de suas funções, atue com **imparcialidade, integridade, discrição e respeito ao interesse público.**

## **2. UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTOCOLO**

**Toda manifestação, parecer ou expediente da Subprocuradoria Legislativa deve ser formalizado por meio do sistema de protocolo da Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES,** com registro de data e número de protocolo. Esse procedimento assegura rastreabilidade, controle documental e transparência institucional.

## **3. ZELO NA ELABORAÇÃO DOS PARECERES JURÍDICOS**

Os pareceres jurídicos devem ser elaborados com rigor técnico, clareza, fundamentação legal e coerência doutrinária e jurisprudencial. É essencial que o texto seja acessível ao público institucional (vereadores, comissões, agentes de controle interno). Matheus Carvalho e Lais Cristina Bandeira (2025, p. 37) explicam que: **"Um parecer jurídico bem estruturado cumpre não apenas o papel de orientar a decisão administrativa, mas também de preservar a segurança jurídica de todos os envolvidos. A solidez da forma garante a credibilidade do conteúdo."**<sup>1</sup> É de bom alvitre lembrar que, a alegação de que o parecer é meramente opinativo não afasta a responsabilização do advogado público quando este deixa de evidenciar inconformidade de natureza jurídica que deveriam ser apontadas no parecer.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> CARVALHO, Matheus; BANDEIRA, Lais Cristina. **Parecer jurídico nas contratações pública: análise prática e teórica.** São Paulo: Editora JusPodivm, 2025

<sup>2</sup> TCE/PR: Acórdão nº 24/25, rel. Conselheiro Durval Amaral.



**CONTROLADORIA-GERAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA**  
**CONTROLE INTERNO**

clemilditon.controladorleg@gmail.com  
"Um país sem corrupção depende da honestidade do seu povo."

---

A atuação do parecerista jurídico transcende os limites da técnica: ela está profundamente enraizada em valores como **ética**, a **responsabilidade** e o **compromisso institucional**. Esses três pilares formam a base sobre a qual se sustenta a credibilidade da manifestação jurídica e, por consequência, a confiança na Administração Pública em seu corpo jurídico. Em tempos de desconfiança generalizada nas instituições, a conduta do parecerista deve ser exemplo de integridade, sobriedade e zelo com a coisa pública (CARVALHO; BANDEIRA, 2025, p. 244).

#### **4. ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE CONTROLE EXTERNO E INTERNO**

As solicitações de documentos, informações ou pareceres provenientes do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), Ministério Público Estadual (MPES), Controladoria Interna ou órgãos congêneres devem ser **atendidas prontamente**, dentro dos prazos legais ou regimentais, com comunicação formal e encaminhamento adequado.

#### **5. CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO E REGISTRO DE PONTO**

O controle de frequência serve para comprovar a liquidação da despesa, cumprindo, assim, o art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964. Com efeito, a Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES deve assegurar o efetivo cumprimento da jornada laboral diária de todos os servidores, a fim de evitar o pagamento de vencimentos por serviços não efetivamente prestados à Administração Pública do Poder Legislativo Municipal. Com efeito, os servidores devem observar rigorosamente a jornada de trabalho prevista, cumprindo integralmente o expediente. O registro de presença (ponto) deve refletir com fidelidade o horário de início, término e eventuais saídas ou deslocamentos. É relevante pontuar, ainda, que, **é obrigatório que o servidor público comunique sua chefia imediata sobre qualquer ausência**, por força do art. 27 do Estatuto do Servidor.

#### **6. E-MAIL CORPORATIVO INSTITUCIONAL**

**É recomendável o uso do e-mail institucional corporativo para comunicações inerentes à função.** Isso garante padronização, controle da correspondência oficial e segurança das informações, bem como conformidade com normas de governança e privacidade. **O uso de endereço de e-mail com domínio oficial transmite profissionalismo e confiabilidade.**



**CONTROLADORIA-GERAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA**  
**CONTROLE INTERNO**

clemilditon.controladorleg@gmail.com  
“Um país sem corrupção depende da honestidade do seu povo.”

---

## **7. OBSERVÂNCIA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD**

A **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 2018)** dispõe sobre o tratamento de dados pessoais das pessoas naturais, definindo as hipóteses em que tais dados podem legitimamente ser utilizados por terceiros e estabelecendo mecanismos para proteger os titulares dos dados contra usos inadequados. Tarcísio Teixeira e Ruth Maria Guerreiro da Fonseca Amelin (2020, p. 12) destacam que:

Com a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n. 13.709/2018, o Brasil inaugura o que se pode denominar de “sistema protetivo dos dados pessoais”. Essa lei deve ser entendida como tal, pois estabelece princípios que devem nortear a coleta, o compartilhamento e o tratamento dos dados pessoais, direitos básicos dos titulares dos dados pessoais, obrigações impostas aos controladores e responsáveis pelo tratamento de dados pessoais.<sup>3</sup>

A Lei é aplicável ao tratamento de dados realizado por pessoas naturais ou por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.**

A Controladoria Legislativa alerta que **na elaboração de pareceres, relatórios ou documentos que envolvam dados pessoais de cidadãos, servidores ou terceiros, deve-se observar rigorosamente os princípios e normas da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).** O tratamento de tais dados deverá ter base legal, finalidade pública legítima e adoção de medidas de segurança técnica e administrativa.

## **8. RESPEITO À ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA LEGISLATIVA**

O controle na Administração Pública é a atribuição de vigilância, orientação e correção de certo órgão ou agente público sobre a atuação de outro ou de sua própria atuação, visando conformá-la ou desfazê-la, conforme seja ou não legal, conveniente, oportuna e eficiente. No primeiro caso tem-se heterocontrole; no segundo, autocontrole, ou respectivamente, controle externo e controle interno.<sup>4</sup>

Tendo em conta a importância do controle na gestão pública, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), por meio do **Acórdão TC nº 00569/2022-9**, pontuou:

**As atribuições do sistema de controle interno demandam imparcialidade e independência do servidor público ocupante desta função, visto que tem**

---

<sup>3</sup> TEIXEIRA, Tarcísio Teixeira; AMELIN, Ruth Maria Guerreiro da Fonseca. **Lei geral de proteção de dados pessoais**: comentada artigo por artigo. 2. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2020.

<sup>4</sup> GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 887.



**CONTROLADORIA-GERAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA**  
**CONTROLE INTERNO**

clemilditon.controladorleg@gmail.com

“Um país sem corrupção depende da honestidade do seu povo.”

---

de fiscalizar os atos administrativos do administrador público com isenção, rigidez e autonomia. Logo, é latente a incompatibilidade destas funções com os cargos de função gratificada, haja vista que estes são livre exoneração e presumem uma relação de confiança perante a autoridade nomeante.<sup>5</sup> (Grifos nossos)

A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) estabelece que, **constitui-se em garantias do ocupante da função de titular da unidade responsável pelo Controle Interno e dos servidores que integrarem a unidade o acesso a quaisquer documentos, informações e banco de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de Controle Interno** (art. 46, caput e II, da Lei Complementar nº 621/2012).

Com efeito, **as demandas ou consultas formuladas pelo Controlador Interno devem ser atendidas com colaboração técnica e prontidão**, sob pena de comunicação dos fatos ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), nos termos do art. 74, inc. IV, da CRFB/88.

É importante destacar que, a existência do responsável legal ou Unidade Central de Controle Interno (UCCI), formalmente constituída, não exime nenhum dirigente ou servidor da observância das normas constitucionais e legais aplicadas à administração pública – art. 37 da CRFB/88.

## **9. DISPOSIÇÕES FINAIS**

O cumprimento das orientações aqui conferidas contribui para a construção de um ambiente de integridade funcional e responsabilidade pública. Isto eleva o prestígio institucional e reafirma a confiança da sociedade no Poder Legislativo local. Sendo assim, que cada ato, cada parecer e cada atuação concreta da subprocuradora reflita o compromisso com a transparência, a ética e o bem comum, fortalecendo a credibilidade da Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES frente ao cidadão.

**A Controladoria Legislativa reserva-se o direito de acompanhar o cumprimento destas orientações e de emitir novas diretrizes conforme necessidade institucional.**

Sem mais para o momento, a Controladoria-Geral do Parlamento Municipal – CGPM reitera protestos de estima e distinta consideração.

Conceição da Barra/ES, data da assinatura digital.

---

<sup>5</sup> Processo: 00004/2020-1 - Controle Externo - Fiscalização – Representação. Relator: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto



**CONTROLADORIA-GERAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA**  
**CONTROLE INTERNO**

[clemilditon.controladorleg@gmail.com](mailto:clemilditon.controladorleg@gmail.com)

"Um país sem corrupção depende da honestidade do seu povo."

---

(assinado digitalmente)

**Clemilditon Alves de Oliveira**

Controlador da Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES

Portaria nº 85/2019